

Em boa hora entendeu o Instituto da Defesa Nacional tomar a iniciativa de organizar um Seminário sobre a Prevenção de Conflitos e a Cultura da Paz.

Para além do interesse que é inerente à transcendente importância e à grande actualidade desses temas, o Seminário constituiu também, para o IDN, uma grata oportunidade para, em parceria com a Comissão Nacional da UNESCO, contribuir para as realizações do Ano Internacional da Cultura da Paz, assinalado em 2000 e cuja promoção coube à UNESCO por decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Foi em síntese um dever de interesse próprio, como são todas as diligências relativas à Paz tomadas no âmbito da Defesa Nacional e das Forças Armadas. À ideia de Paz deve porém corresponder uma consciência universal, assente numa perspectiva de cidadania compreendida à escala do Mundo.

Enquanto questão essencial da Humanidade a Paz, é portanto uma questão eminentemente pessoal, que não dispensa ninguém e que só poderá fazer o seu caminho de forma completa se, para cada indivíduo, assentar em valores como o despojamento, a simplicidade e o respeito profundo pelo outro, à luz de um sentimento de Humanidade comum. Mas se essa é a meta a que em última instância devemos estar obrigados no esforço triplo de *pensar a Paz, educar para a Paz e sensibilizar para a Paz*, não é menos verdade que é longo e por ventura não finito o caminho a percorrer e que passa em permanência pela nossa prática quotidiana.

Aos responsáveis pela Segurança e Defesa incumbe a promoção de uma ética de responsabilidade global e partilhada, regida por valores universais, de que o primeiro é a Paz num quadro de Justiça e de respeito pelo primado do Direito.

É sob essa óptica que as actuais relações de Segurança, não tendo como objectivo essencial o estabelecimento de relações de prevalência, impõem uma atitude de serviço, marcada pela construção activa e empenhada da Paz. São relações que implicam políticos, diplomatas, militares, agentes económicos e sociais e outros, definindo para os Estados responsabili-

dades de prática política mundializada e tendencialmente transformando as organizações internacionais em autênticas comunidades promotoras da Segurança.

Bom é que se compreenda que, assim entendida, a construção da Paz corresponde à satisfação dos mais exigentes interesses nacionais, que não são avaliáveis sobretudo em função das coordenadas geográficas ou dos registos históricos, mas antes como corolário do sentido de responsabilidade solidária a que nos obriga o Futuro. E que só essa prática responsável é conotável com boa governação e como tal susceptível de boa compreensão e aceitação pública.